



## **DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS 2025



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

Senhores Quotistas,

A Administração da Muxfeldt Marin & Cia Ltda. – Mux Energia, submete à apreciação dos senhores as Demonstrações Contábeis da Empresa referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. As demonstrações foram elaboradas na forma da legislação societária e demais normas legais acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes. Os demonstrativos refletem os atos e operações da Empresa bem como a situação patrimonial e financeira do presente exercício social. A documentação relativa à prestação de contas encontra-se à disposição dos Senhores Quotistas, bem como estamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

### **Perfil**

A Mux Energia estabelecida em Tapejara – RS atua no segmento de geração e distribuição de energia elétrica. No segmento geração, possui em operação uma usina hidrelétrica de 01 MW de potência instalada, sendo que a produção anual em 2025 foi de 1,419 MWh. A Mux é responsável pela distribuição de energia elétrica para os municípios de Tapejara e Ibiaçá, localizados na região nordeste do Rio Grande do Sul. Atualmente conta com 13.248 unidades consumidoras, área de concessão de 15,34 Km<sup>2</sup>, e 26 colaboradores. Dispõe de uma estrutura de 211,24 km de rede de distribuição primária e secundária. Com sede em Tapejara - RS, é uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada, fundada em 05 de agosto de 1944. Empresa com formação tipicamente familiar, composta atualmente por 73 quotistas, na maioria descendentes dos primeiros sócios.

### **Contexto Setorial**

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia - MME, o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. O fornecimento de energia elétrica da Mux Energia é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seu contrato de concessão de longo prazo, elaborado com o objetivo de assegurar o fornecimento de energia elétrica e a modicidade tarifária.

### **Tarifas**

As tarifas de fornecimento de energia elétrica são reajustadas anualmente de acordo com as condições estabelecidas na legislação e no contrato de concessão. São previstos anualmente o repasse dos custos não gerenciáveis da Parcela A e corrigidos os custos gerenciáveis pelo IGP-M dos últimos 12 meses anteriores à data base, deduzido o fator X. A cada cinco anos é realizada a revisão tarifária que visa restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, em atendimento ao contrato de concessão firmado com o Poder Concedente. Na metodologia da revisão tarifária periódica é considerada pela ANEEL a avaliação da base dos ativos utilizados na atividade de distribuição de energia elétrica, as despesas operacionais, as perdas regulatórias, depreciação, o custo médio de capital – WACC aplicado à base dos ativos que determina a remuneração da concessionária. O quinto ciclo da revisão tarifária da Mux Energia ocorreu em julho de 2022, sendo que o 6º CRTP ocorrerá 05 anos após esta data. A metodologia aplicada à quarta revisão tarifária periódica das concessionárias está definida nos Módulos 2 e 7 do PRORET – Procedimentos de Regulação Tarifária, que tratam do



cálculo da revisão tarifária e da estrutura tarifária aplicável, estabelecidas pela ANEEL, aprovados através das Resoluções Normativas nº 435 de 2011 e nº 660 de 2015.

### Reajuste/Revisão Tarifária 2025

Tarifas - A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 3.489 de 22 de julho de 2025 homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual – RTA da MUX Energia, o qual conduziu a um efeito médio nas tarifas a ser percebido pelos consumidores de 9,29% (nove vírgula vinte e nove por cento).

### Desempenho Operacional

O balanço energético apresentado a seguir reflete a demanda de energia necessária para o atendimento do sistema de distribuição de energia elétrica em 2025. No período, a energia requerida pelo sistema totalizou 99.286 MWh, representando um aumento de 9,65% em relação ao ano de 2024.

Deste total, a geração própria correspondeu a 1,43% da energia requerida e 2,58% do mercado próprio da Mux Energia. O suprimento destinado ao mercado próprio representou 46,96% da energia requerida pelo sistema de distribuição, atendendo 84,84% da demanda do mercado próprio da Mux Energia. Já a micro e minigeração distribuída contribuiu com 12,58% do mercado próprio e 6,96% do total da energia requerida pelo sistema.

Em comparação com 2024, verificou-se um aumento de 1,24% na energia faturada, um aumento de 18,19% na energia circulante para consumidores livres e um crescimento de 27,66% na energia injetada pela geração distribuída. Nota-se que a migração do consumidor cativo para o mercado livre segue de forma ascendente, porém com um crescimento menor se comparado ao ano anterior, enquanto a geração distribuída continua com força.

No que tange à demanda máxima, registrou-se um patamar de 22,35 MW em 2025, frente aos 19,7 MW de 2024, evidenciando um incremento de 13,45%. A empresa está implementando um terceiro alimentador que irá permitir a redistribuição de cargas, garantindo a eficiência operacional, atendendo assim ao crescente aumento de demanda do sistema de distribuição.

	Balanço Energético em MWh										Taxa de Crescimento %			
	2025	Part. %	2024	Part. %	2023	Part. %	2022	Part. %	2021	Part. %	2025/2024	2024/2023	2023/2022	2022/2021
Suprimento - Mercado Próprio	46.629	84,84%	43.844	82,65%	50.128	87,24%	61.385	89,62%	63.726	91,92%	6,35%	-12,54%	-18,34%	-3,67%
Geração Própria - Usina Avante	1.419	2,58%	3.785	7,13%	2.568	4,47%	4.519	6,60%	4.363	6,29%	-62,51%	47,38%	-43,17%	3,56%
Micro e Mini Geração Distribuída	6.915	12,58%	5.417	10,21%	4.767	8,30%	2.588	3,78%	1.242	1,79%	27,66%	13,64%	84,16%	108,42%
<b>Total Energia Requerida Mercado MUX</b>	<b>54.963</b>	<b>100,00%</b>	<b>53.046</b>	<b>100,00%</b>	<b>57.463</b>	<b>100,00%</b>	<b>68.492</b>	<b>100,00%</b>	<b>69.332</b>	<b>100,00%</b>	<b>3,61%</b>	<b>-7,69%</b>	<b>-16,10%</b>	<b>-1,21%</b>
Fornecimento Energia Faturada	47.876	48,22%	47.288	52,22%	51.998	61,61%	63.519	77,77%	64.490	79,60%	1,24%	-9,06%	-18,14%	-1,51%
Consumidor Livre	44.323	44,64%	37.501	41,42%	26.941	31,92%	13.182	16,14%	11.689	14,43%	18,19%	39,20%	104,38%	12,77%
Perdas e diferenças de Energia	7.087	7,14%	5.758	6,36%	5.465	6,47%	4.973	6,09%	4.842	5,98%	23,08%	5,37%	9,89%	2,72%
<b>Total de Energia Injetada</b>	<b>99.286</b>	<b>100,00%</b>	<b>90.547</b>	<b>100,00%</b>	<b>84.404</b>	<b>100,00%</b>	<b>81.674</b>	<b>100,00%</b>	<b>81.020</b>	<b>100,00%</b>	<b>9,65%</b>	<b>7,28%</b>	<b>3,34%</b>	<b>0,81%</b>

### Perdas

O índice de perdas do sistema é calculado com base na razão entre a diferença da energia total injetada e a energia medida dos consumidores (cativos e livres) pelo total da energia requerida pelo sistema de distribuição, conforme a seguinte equação:

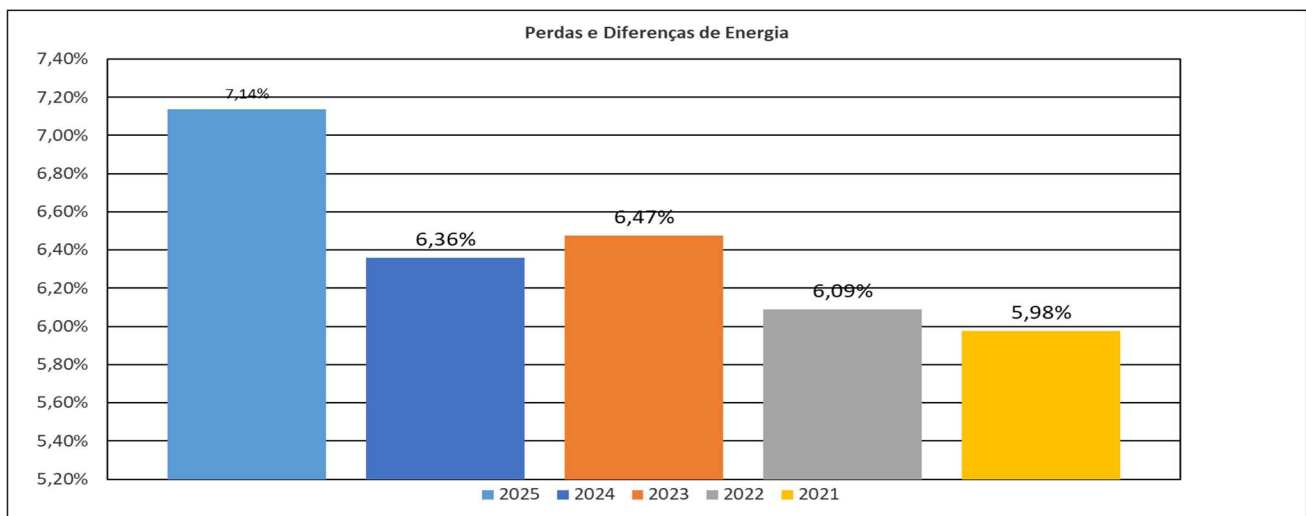


$$Perdas\% = \frac{(EnergiaRequeridaTotal - (ConsumoCativo + ConsumoLivre))}{EnergiaRequeridaTotal} \cdot 100$$

Nos últimos anos, as perdas no sistema da Mux Energia mantiveram-se em patamares estáveis, ainda que com leve tendência de crescimento, impulsionada pelo aumento da potência e energia requerida pelo sistema. Entretanto, os níveis de perdas permanecem dentro de um intervalo considerado baixo quando comparados à média do sistema elétrico brasileiro.

A Mux Energia adota uma política contínua de monitoramento e mitigação das perdas, por meio de investimentos e aprimoramentos técnicos.

Além disso, o crescimento das perdas nesse ano se deu por conta da baixa geração da Usina Avante, que supria grande parte da carga de Ibiacá, quando a usina não gera, a carga tem que ser atendida pela subestação de Tapejara, justificando as perdas pela distância.



### Distribuição de Energia Elétrica

A distribuição de energia na área de concessão da Mux Energia no ano de 2025, foi de 92.199 MWh (84.789 MWh em 2024).

Dentre os consumidores cativos, a classe de consumo com maior relevância é a residencial que representa 29,67% do total do faturamento. Nos consumidores livres há uma ascensão na opção por esta modalidade que já representa 48,07% do total do faturamento, somando as classes industrial e comercial. A seguir são apresentados os resultados do consumo de energia elétrica e sua variação no período.

Consumidor	2025 (MWh)	Part %	2024 (MWh)	Part %	Taxa Crescimento %	
					2025/2024	2024/2023
Residencial	27.359	29,67	25.704	30,32	6,44	8,94
Industrial	1.652	1,79	2.058	2,43	-19,72	-79,80
Comercial	13.261	14,38	14.036	16,55	-5,52	7,88
Rural	245	0,27	241	0,28	1,62	40,52
Poder Público	1.437	1,56	1.347	1,59	6,67	10,77
Iluminação Pública	1.555	1,69	1.564	1,84	-0,61	-7,46
Serviço Público	2.341	2,54	2.311	2,73	1,31	10,10
Consumo Próprio	26	0,03	26	0,03	-0,61	2,04
Consumidor Livre - Industrial	41.605	45,12	37.191	43,86	11,87	38,05
Consumidor Livre - Comercial	2.719	2,95	311	0,37	774,13	100,00
<b>Total</b>	<b>92.199</b>	<b>100,00</b>	<b>84.789</b>	<b>100,00</b>	<b>8,74</b>	<b>7,41</b>



### Evolução do Número de Consumidores

O número de consumidores conectados ao sistema de distribuição da Mux Energia no ano de 2025 atingiu 13.248 consumidores, um crescimento de 2,01% em relação ao exercício anterior, representando um acréscimo de 261 unidades consumidoras, destas 215 são residenciais.

Consumidor	2025	Part %	2024	Part %	Acréscimo	Taxa Crescimento %	
						2025/2024	2024/2023
Residencial	11.157	84,22	10.942	84,25	215	1,96	1,41
Industrial	56	0,42	59	0,45	-3	-5,08	-1,67
Comercial	1.885	14,23	1.841	14,18	44	2,39	2,05
Rural	12	0,09	13	0,10	-1	-7,69	-7,14
Poder Público	96	0,72	93	0,72	3	3,23	8,14
Iluminação Pública	5	0,04	5	0,04	0	0,00	0,00
Serviço Público	23	0,17	22	0,17	1	4,55	15,79
Consumo Próprio	4	0,03	4	0,03	0	0,00	0,00
Consumidor Livre - Industrial	5	0,04	4	0,03	1	25,00	0,00
Consumidor Livre - Comercial	5	0,04	4	0,03	1	100,00	0,00
<b>Total</b>	<b>13.248</b>	<b>100,00</b>	<b>12.987</b>	<b>100,00</b>	<b>261</b>	<b>2,01</b>	<b>1,57</b>

### Qualidade do Fornecimento

Os indicadores de qualidade do fornecimento de energia elétrica de maior relevância são os indicadores de continuidade do fornecimento, denominados DEC (duração equivalente de interrupção por unidade consumidora) e FEC (frequência equivalente de interrupção por unidade consumidora). Tais indicadores são regulamentados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através do Módulo 8 dos Procedimentos de Distribuição (PRODIST) que além da metodologia de cálculo, determina os limites padrões de continuidade. Além desses indicadores, apresentamos a evolução do TMA (Tempo Médio de Atendimento ao Consumidor), que é o intervalo entre a reclamação de interrupção da energia elétrica e seu restabelecimento, o qual registrou 38 minutos em 2025. A evolução destes indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Indicadores	2022		2023		2024		2025	
	Limite	Realizado	Limite	Realizado	Limite	Realizado	Limite	Realizado
DEC (horas)	9	1,47	9	3,35	8	1,57	8	2,38
FEC (nº vezes)	7	0,98	7	3,20	6	2,57	6	1,87
TMA (minutos)	-	31	-	34	-	38	-	38

\* Não existe limite definido pela ANEEL para o indicador TMA.

### Desempenho Econômico-Financeiro

Em 2025 o lucro líquido foi de R\$ 1.731 mil, comparado com o de 2024 R\$ 2.160 mil. A Receita Operacional Líquida atingiu R\$ 34.693 mil, e em 2024 ficou em R\$ 33.693 mil.

### EBITDA

O EBITDA, Lucro do Serviço - DRE, adicionado da despesa com depreciação e amortização foi de R\$ 2.508 mil em 2025 e R\$ 2.530 mil em 2024 representando uma diminuição de 0,87%.



## Investimentos

### Infraestrutura da Concessão

O maior incremento de investimentos realizados pela Empresa em 2025 foi Obras de Distribuição de Energia Elétrica representaram R\$ 745 mil e atenderam a expansão do mercado de energia e a melhoria da qualidade de fornecimento. Na Usina, os investimentos representaram R\$ 842 mil, sendo praticamente todo o valor destinado para recuperação das peças da turbina hidráulica. Demais investimentos foram em Instalações Gerais. Ressalte-se que as obras e investimentos foram totalmente custeadas com recursos próprios.

Investimentos	2025	%	2024	%	2023	%
Obras de Geração	842	51,94	423	19,97	120	9,27
Obras de Distribuição	745	45,96	1.644	77,62	1.167	90,19
Instalações Gerais	34	2,10	51	2,40	7	0,54
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>1.621</b>	<b>100,00</b>	<b>2.118</b>	<b>100,00</b>	<b>1.294</b>	<b>100,00</b>
Origem dos Recursos	2025	%	2024	%	2023	%
Recursos Próprios	1.621	100,00	974	45,99	774	59,81
Clientes	-	0,00	1.144	54,01	520	40,19
<b>Total dos Recursos</b>	<b>1.621</b>	<b>100,00</b>	<b>2.118</b>	<b>100,00</b>	<b>1.294</b>	<b>100,00</b>

## Programa de Eficiência Energética e Pesquisa Desenvolvimento e Inovação

De acordo com a legislação setorial a Mux Energia destina 1% da sua receita líquida operacional – ROL, para investimentos em projetos os quais desenvolvem atividades cujo resultado reverte em melhorias no sistema elétrico, beneficiando a todos os usuários de energia.

## Política de Reinvestimento e Distribuição de Dividendos

No exercício de 2025, a Mux Energia creditou aos sócios a título de juros sobre o capital próprio o montante de R\$ 1.000 mil (R\$ 706 mil em 2024), de acordo com o artigo 90 da Lei no 9.249 de 26 de dezembro de 1995, que permitiu a dedutibilidade, para fins de imposto de renda e contribuição social. O pagamento de dividendos será submetido à consideração do Conselho Consultivo da sociedade, conforme prevê o contrato social.

## Composição Acionária



Em 31 de dezembro de 2025 o capital social da Mux Energia era de R\$ 7,5 milhões, composto por 7.500.000 quotas no valor de 1,00 cada uma.

### **Atendimentos aos Quotistas**

Coerente com a filosofia de postar-se diante do mercado como uma Empresa transparente, moderna e aberta, a Mux Energia coloca à disposição dos seus quotistas um atendimento personalizado, na sua sede a Rua do Comércio, 1420 em Tapejara – RS. O atendimento presta informações sobre as posições das quotas individuais, dividendos ou juros sobre o capital próprio, créditos dos dividendos e demais informações para o bom relacionamento entre a Empresa e seus Quotistas.

### **Administração**

Com a assinatura do 4º termo aditivo ao Contrato de concessão em 09/12/2015, a Mux Energia teve sua concessão prorrogada por mais 30 anos.

Este fato requer da Empresa a continuidade de suas operações dentro do nível de atendimento demonstrado nos últimos anos para garantir o cumprimento das metas de qualidade e de gestão previstas no novo contrato de concessão.

Como consequência das exigências cada vez maiores a nível de satisfação do consumidor e das metas de qualidade exigidas pelos órgãos reguladores, a Empresa planeja investir em uma nova estrutura organizacional para o atendimento às mudanças exigidas pelo setor elétrico.

### **Gestão pela Qualidade Total**

A Mux Energia possui o Certificado de Registro nº 61470 emitido pelo órgão certificador ABS Quality Evaluations. Em 2025 deu continuidade ao processo de renovação da certificação do seu Sistema de Gestão de Qualidade através da NBR ISO 9001:2015. O atual escopo de certificação é “Projeto e distribuição de energia elétrica, incluindo os processos de medição, coleta de dados, apuração dos indicadores e das compensações relacionadas a tensão em regime permanente, indicadores individuais e coletivos de continuidade do fornecimento de energia elétrica, apuração dos indicadores e padrões de atendimento comercial de qualidade, das informações do cumprimento dos prazos regulados e da suspensão indevida, bem como o tratamento das reclamações de consumidores, incluindo o processo de ouvidoria.” Todo o trabalho da direção e colaboradores culminou na continuidade da certificação da Mux Energia em dezembro de 2025.

Pelo 10º ano consecutivo a Mux Energia recebe o prêmio ANEEL de Qualidade, é um indicador que permite avaliar a satisfação do consumidor residencial com os serviços prestados pelas distribuidoras de energia elétrica, é obtido anualmente a partir de pesquisa amostral realizada com consumidores de todas as distribuidoras, concessionárias e permissionárias, que atuam no território nacional. Foram feitas 29.275 entrevistas em 103 distribuidoras, realizadas em 607 municípios.

As Empresas mais bem avaliadas pelos consumidores recebem troféu, certificado e o selo. O selo pode ser aplicado nas faturas de energia elétrica e no material de comunicação institucional.

Os resultados do Prêmio são utilizados para subsidiar o aprimoramento dos instrumentos regulatórios e a priorização das ações de fiscalização.

A Empresa recebeu também o Selo Ouro no Prêmio ANEEL de Ouvidorias categoria Pequeno Porte (até 100 mil unidades consumidoras), nos anos de 2017, 2018, 2020, 2021, 2022 e 2023 e Selo Prata no ano de 2019, premiação concedida pela ANEEL para as ouvidorias das distribuidoras que possuem



as melhores estruturas de atendimento aos consumidores e os melhores desempenhos de tratamento das reclamações registradas pelos consumidores na ANEEL.

### **Responsabilidade Social**

Cada vez mais, a Mux Energia vem reforçando seu papel de Empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente e o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade. Essas atitudes têm foco no combate ao desperdício de energia, proporcionando investimentos no Setor Elétrico, garantindo o fornecimento e trazendo, como consequência, uma melhor qualidade de vida para toda a população.

A Mux Energia também realiza, em prol da comunidade, arrecadação via conta de energia elétrica para entidades de cunho beneficente e cultural, facilitando a contribuição e diminuindo os custos.

### **Mensagem de Agradecimento**

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho Consultivo pelo apoio prestado nas questões de maior interesse da Empresa. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Mux Energia.

Tapejara – RS, 06 de março de 2026

Alexandre Zanini

Diretor Presidente

CPF - 234.351.190-04



**BALANÇO SOCIAL**  
em 31 de dezembro de Legislação Societária

		Valores expressos em milhares de reais					
		2025			2024		
<b>1. Base de Cálculo</b>							
	Receita Líquida(RL)			34.693			33.693
	Lucro Operacional(RO)			1.510			2.565
	Folha de Pagamento Bruta (FPB)			3.208			3.128
<b>2. Indicadores Sociais Internos</b>							
		% sobre			% sobre		
		Valor	FPB	RL	Valor	FPB	RL
	Encargos Sociais	854	26,62	2,46	833	26,63	2,47
	Alimentação	155	4,83	0,45	173	5,53	0,51
	Segurança	9	0,28	0,03	9	0,29	0,03
	Capacitação e Desenv. Profissional	11	0,34	0,03	2	0,06	0,01
	Outros	6	0,19	0,02	17	0,54	0,05
	<b>TOTAL</b>	<b>1.035</b>	<b>32,26</b>	<b>2,98</b>	<b>1.034</b>	<b>33,05</b>	<b>3,07</b>
<b>3. Indicadores Sociais Externos</b>							
		% sobre			% sobre		
		Valor	RO	RL	Valor	RO	RL
	Tributos (Excluídos Encargos Sociais)	22.782	1.508,74	65,67	19.804	772,09	58,78
	Contrib. p/a Sociedade	-	-	-	9	0,35	0,03
	<b>TOTAL</b>	<b>22.782</b>	<b>1.508,74</b>	<b>65,67</b>	<b>19.813</b>	<b>772,44</b>	<b>58,80</b>
<b>4. Indicadores Corpo Funcional</b>							
		Nº de Empregados			Nº de Empregados		
	Nº Empreg. ativos início ano	26			29		
	Nº Admissões no ano	4			3		
	Nº Demissões no ano	4			6		
	Nº Empreg. ativos fim ano	26			26		
	Escolaridade						
	Pós Graduação	2			2		
	Superior	6			4		
	Ensino Médio	11			12		
	Ensino Fundamental	7			7		
	Faixa Etária dos Empregados						
	Até 30 de idade	2			3		
	De 31 a 40 anos	6			6		
	De 41 a 50 anos	6			6		
	Superior a 50	12			10		
	Mulheres que trabalham na empresa	6			5		
	Menor Aprendiz	1			1		
	Nº de ações trabalhistas contra a empresa	0			0		
<b>5. Informações referente ao exercício da cidadania</b>							
	Nº total de acidentes de trabalho	0			0		
	Relação entre a maior e menor remuneração	5,83			7,75		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:							
		(x) direção			(x) direção		
		() direção e gerências			() direção e gerências		
		() todos os empregados			() todos os empregados		
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:							
		(x) direção			(x) direção		
		() direção e gerências			() direção e gerências		
		() todos os empregados			() todos os empregados		
	Nº total de reclamações/críticas consumidores	235			273		
	Valor adicionado a distribuir(em milhares de reais)				26.324		
	Distribuição do Valor Adicionado - DVA						
		%			%		
	Governo	82,42			Governo 79,56		
	Pessoal	8,83			Pessoal 9,30		
	Acionistas	6,08			Acionistas 8,21		
	Financiadores	2,67			Financiadores 2,93		



**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**  
em 31 de dezembro de

**Legislação Societária**

	Valores expressos em milhares de reais			
	2025	%	2024	%
<b>Receitas</b>	<b>57.144</b>		<b>53.395</b>	
Venda de Mercadorias, Produtos e Serviços	57.144		53.395	
<b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(28.964)</b>		<b>(27.048)</b>	
Custo da Energia Comprada	(25.570)		(24.488)	
Materiais	(183)		(194)	
Serviços de Terceiros	(1.151)		(690)	
Outros	(2.060)		(1.676)	
<b>(=) Valor Adicionado Bruto</b>	<b>28.180</b>		<b>26.347</b>	
<b>(-) Quotas de depreciação</b>	<b>(551)</b>		<b>(517)</b>	
<b>(=) Valor Adicionado Líquido Produzido pela Concessionária</b>	<b>27.629</b>		<b>25.830</b>	
<b>(+) Valor Adicionado Recebido em Transferências</b>	<b>853</b>		<b>494</b>	
Receitas Financeiras	853		494	
<b>(=) Valor Adicionado Total a Distribuir</b>	<b>28.482</b>	<b>100,00%</b>	<b>26.324</b>	<b>100,00%</b>
<b>Distribuição do Valor Adicionado</b>	<b>28.482</b>		<b>26.324</b>	
<b>Pessoal</b>	<b>2.515</b>	<b>8,83%</b>	<b>2.449</b>	<b>9,30%</b>
Remunerações	2.174	7,63%	2.095	7,96%
Encargos Sociais (exceto INSS)	160	0,56%	153	0,58%
Convênio assistencial e outros benefícios	181	0,64%	201	0,76%
<b>Governo</b>	<b>23.476</b>	<b>82,42%</b>	<b>20.943</b>	<b>79,56%</b>
INSS (sobre folha de pagamento)	694	2,43%	679	2,58%
ICMS	8.686	30,50%	7.996	30,37%
Imposto de renda e contribuição social	331	1,16%	559	2,13%
Outros	13.765	48,33%	11.709	44,48%
<b>Financiadores</b>	<b>760</b>	<b>2,67%</b>	<b>772</b>	<b>2,93%</b>
Despesas financeiras	300	1,05%	339	1,29%
Aluguéis	460	1,61%	433	1,64%
<b>Acionistas</b>	<b>1.731</b>	<b>6,08%</b>	<b>2.160</b>	<b>8,21%</b>
Remuneração do capital próprio	1.000	3,51%	706	2,68%
Lucros retidos	731	2,57%	1.454	5,52%
<b>Valor adicionado (médio) por empregado</b>	<b>1.187</b>		<b>1.053</b>	

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis



**BALANÇO PATRIMONIAL**  
em 31 de dezembro de  
Legislação Societária

		Valores expressos em milhares de reais	
<b>ATIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>CIRCULANTE</b>		<b>13.162</b>	<b>11.835</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	2.669	1.916
Consumidores	5	5.608	4.503
Serviços em Curso	7	-	9
Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	6	384	320
Depósitos Judiciais e Cauções		2	97
Almoxarifado Operacional		600	609
Ativos Financeiros Setoriais	12	2.358	2.146
Despesas Pagas Antecipadamente		184	617
Outros Ativos Circulantes	8	1.357	1.618
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>9.164</b>	<b>8.651</b>
Tributos a Compensar	6	72	68
Despesas Pagas Antecipadamente		317	393
Ativo Financeiro da Concessão	9	1.464	1.056
Investimentos	10	591	527
Intangíveis	11	6.720	6.607
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>22.326</b>	<b>20.486</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>		<b>8.419</b>	<b>7.165</b>
Fornecedores	13	3.498	3.363
Obrigações Sociais e Trabalhistas	14	450	447
Tributos e Contribuições Sociais	15	798	895
Encargos Setoriais	16	150	187
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	17	855	839
Passivos Financeiros Setoriais	12	2.159	1.108
Outras Passivos Circulantes		509	326
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>627</b>	<b>374</b>
Encargos Setoriais		627	374
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>13.280</b>	<b>12.947</b>
Capital Social	18	7.500	7.500
Reservas de Lucros	18	5.780	5.492
(-)Quotas Próprias em Tesouraria		-	(45)
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>22.326</b>	<b>20.486</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis



**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS**  
em 31 de dezembro de

Legislação Societária

	Valores expressos em milhares de reais		
	Nota	2025	2024
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>		<b>57.144</b>	<b>53.395</b>
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA</b>		<b>(22.451)</b>	<b>(19.702)</b>
Impostos estaduais		(8.686)	(7.995)
Impostos federais		(4.641)	(4.544)
Impostos municipais		(38)	(34)
Encargos setoriais		(9.086)	(7.129)
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>19</b>	<b>34.693</b>	<b>33.693</b>
<b>CUSTOS OPERACIONAIS</b>		<b>(33.183)</b>	<b>(31.128)</b>
<b>Custo com energia elétrica</b>	<b>21</b>	<b>(25.570)</b>	<b>(24.489)</b>
Energia elétrica comprada para revenda		(12.147)	(11.404)
Encargo de uso dos sistema de transmissão		(12.419)	(12.252)
Energia elétrica comprada para revenda - Proinfra		(1.004)	(833)
<b>Custo de operação</b>	<b>22</b>	<b>(7.613)</b>	<b>(6.639)</b>
Custo de Construção		(1.635)	(1.231)
Pessoal		(3.208)	(3.128)
Material		(183)	(194)
Serviço de terceiros		(1.151)	(690)
Depreciação e amortização		(551)	(517)
Outros		(885)	(879)
<b>LUCRO DO SERVIÇO</b>		<b>1.510</b>	<b>2.565</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>23</b>	<b>(447)</b>	<b>(552)</b>
Receitas financeiras		853	494
Despesas financeiras		(1.300)	(1.046)
<b>LUCRO ANTES DA CONTRIB. SOCIAL E IMPOSTO DE RENDA</b>		<b>1.063</b>	<b>2.013</b>
Contribuição Social	<b>24</b>	(96)	(157)
Imposto de Renda	<b>24</b>	(236)	(402)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ANTES DA REVERSÃO JCP</b>		<b>731</b>	<b>1.454</b>
Reversão dos juros sobre capital próprio		1.000	706
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>1.731</b>	<b>2.160</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**  
em 31 de dezembro de

Legislação Societária

	Valores expressos em milhares de reais		
	Notas	2025	2024
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>		<b>1.731</b>	<b>2.160</b>
Resultados Abrangentes		-	-
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>		<b>1.731</b>	<b>2.160</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis



**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
em 31 de dezembro de

Legislação Societária

	Valores expressos em milhares de reais				
	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE LUCROS	LUCROS ACUMULAD.	QUOTAS EM TESOUR.	TOTAL
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023</b>	<b>7.500</b>	<b>4.138</b>	-	<b>(9)</b>	<b>11.629</b>
Dividendos Pagos	-	-	-	-	-
Aquisição de quotas próprias	-	<b>(100)</b>	-	<b>(36)</b>	<b>(136)</b>
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	<b>(706)</b>	-	<b>(706)</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	<b>2.160</b>	-	<b>2.160</b>
Transf. Lucro para Reservas de Lucros	-	<b>1.454</b>	<b>(1.454)</b>	-	-
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024</b>	<b>7.500</b>	<b>5.492</b>	-	<b>(45)</b>	<b>12.947</b>
Dividendos Pagos	-	<b>(350)</b>	-	-	<b>(350)</b>
Aquisição de quotas próprias	-	<b>(33)</b>	-	<b>(15)</b>	<b>(48)</b>
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	<b>(1.000)</b>	-	<b>(1.000)</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	<b>1.731</b>	-	<b>1.731</b>
Transf. Lucro para Reservas de Lucros	-	<b>731</b>	<b>(731)</b>	-	-
Redistribuição aos sócios de quotas adquiridas	-	<b>(60)</b>	-	<b>60</b>	-
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025</b>	<b>7.500</b>	<b>5.780</b>	-	-	<b>13.280</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis



**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA**  
em 31 de dezembro de

**Legislação Societária**

	Valores expressos em milhares de reais	
	2025	2024
<b>Atividades Operacionais</b>	<b>2.672</b>	<b>936</b>
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>1.731</b>	<b>2.160</b>
<b>Despesas (Receitas) que não afetam o caixa</b>	<b>521</b>	<b>488</b>
Amortização	551	517
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(30)	(29)
<b>Variações no ativo</b>	<b>(1.087)</b>	<b>(831)</b>
(Aumento) Redução Contas a Receber de Clientes	(1.105)	(11)
(Aumento) Redução Serviços em Curso	9	680
(Aumento) Redução Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	(65)	(94)
(Aumento) Redução Estoque	103	99
(Aumento) Redução Despesas Pagas Antecipadamente	434	(26)
(Aumento) Redução Outros Ativos Circulantes	(212)	(1.409)
(Aumento) Redução Ativos Não Circulantes	(251)	(70)
<b>Variações no passivo</b>	<b>1.507</b>	<b>(880)</b>
Aumento (Redução) Fornecedores	134	402
Aumento (Redução) Empréstimos e Financiamentos	-	(1.800)
Aumento (Redução) Obrigações Sociais e Trabalhistas	(94)	(51)
Aumento (Redução) Tributos e Contribuições Sociais e Encargos Setoriais	(37)	(184)
Aumento (Redução) Passivos Financeiros Setoriais	1.051	506
Aumento (Redução) Outros Passivos Circulantes	183	133
Aumento (Redução) Outros Passivos Não Circulantes	270	114
<b>Atividades de Investimento</b>	<b>(815)</b>	<b>(463)</b>
Aquisições do Ativo Intangível	(1.387)	(1.777)
Valor Residual do Ativo Intangível Baixado	572	170
Contribuição e Doações do Consumidor	-	1.144
<b>Atividades de Financiamento</b>	<b>(1.104)</b>	<b>(866)</b>
Pagamento de dividendos	(350)	-
Aquisição de quotas próprias	(48)	(36)
Juros sobre o capital próprio	(706)	(830)
<b>Total dos efeitos no caixa</b>	<b>753</b>	<b>(393)</b>
Saldo inicial de caixa	1.916	2.309
Saldo final de caixa	2.669	1.916
<b>Variação no caixa</b>	<b>753</b>	<b>(393)</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

### 01 – Contexto Operacional

A Muxfeldt, Marin & Cia. Ltda – Mux Energia é uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada, com sede no município de Tapejara, localizada ao nordeste do estado do Rio Grande do Sul. Os principais objetivos sociais da Mux Energia são: geração de energia elétrica sob o regime de serviço público por meio da usina hidrelétrica existente e distribuição de energia na sua área de concessão nos municípios de Tapejara e Ibiaçá – RS, sendo essas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério das Minas e Energia. Possui em operação uma pequena central hidroelétrica – PCH (Avante) com capacidade instalada de 01 MW localizada no Rio Ligeiro, município de Ibiaçá-RS.

### 02 – Preparação e Apresentação das Demonstrações Contábeis

#### 2.1 - Base de Preparação

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. Foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As políticas, práticas e critérios contábeis foram consistentemente adotados na elaboração dessas demonstrações contábeis em ambos os períodos apresentados.

A empresa também se utiliza das orientações e disposições contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas e procedimentos definidos pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

#### 2.2 - Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis. Dentre elas principalmente o registro de fornecimento de energia elétrica não faturado e respectivas contas a receber, assim como a provisão para crédito de liquidação duvidosa. As estimativas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis pelas circunstâncias.

#### 2.3- Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, considerando ainda, quando requeridos, os ajustes por conta de utilização de estimativas contábeis, quando requeridas.

#### 2.4- Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Empresa.

### 03- Políticas Contábeis Materiais

#### 3.1 - Contratos de Concessão

Os contratos de concessão assinados entre a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e as Empresas prestadoras dos serviços de distribuição de energia estabelecem regras claras a respeito de

tarifa, regularidade, continuidade, segurança, atualidade e qualidade dos serviços e do atendimento prestado aos consumidores. Os novos contratos de concessão de distribuição priorizam o atendimento abrangente do mercado, sem que haja qualquer exclusão das populações de baixa renda e das áreas de menor densidade populacional. Prevê ainda o incentivo à implantação de medidas de combate ao desperdício de energia e de ações relacionadas às pesquisas voltadas para o setor elétrico.

A ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão estabelece diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contratos de concessão e é aplicável para situações em que o poder concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço, e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão.

Atendidas estas definições, a infraestrutura da Empresa é segregada e movimentada desde a data de sua construção, cumprindo as determinações existentes nos CPCs, de modo que seja registrado nas demonstrações contábeis; a) um ativo intangível correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos, e b) um ativo financeiro correspondendo ao direito contratual incondicional de recebimento de caixa (indenização) mediante reversão dos ativos ao término da concessão. A prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada como uma receita de construção em contrapartida a um custo de construção, tendo também como contrapartida um ativo financeiro correspondendo aos valores passíveis de indenização, e os montantes residuais classificados como ativo intangível que serão amortizados pelo prazo da concessão de acordo com o padrão econômico que contraponha a receita cobrada pelo consumo de energia elétrica em função de: a) do modelo tarifário que não prevê margem de lucro para a atividade de construção da infraestrutura, b) não existir qualquer previsão de ganhos nos planos de negócio da Empresa. A administração julga que as margens existentes nesta operação são irrelevantes, portanto, nenhum valor adicional ao custo é considerado na composição da receita. Dessa forma as receitas e os respectivos custos de construção estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício nos mesmos montantes.

### **3.2 - Caixa e equivalentes de caixa**

Incluem saldos de caixa, contas bancárias e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata e que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data da aplicação, sujeitos a um risco mínimo de valor. São demonstrados ao custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis.

### **3.3 - Consumidores**

Engloba o fornecimento de energia faturada e não faturada (estimativa), contabilizado com base no regime de competência. Inclui ainda os impostos diretos; os serviços prestados; acréscimos moratórios e outros; bem como a provisão para crédito de liquidação duvidosa calculada de acordo com a Instrução Contábil 6.3.2 contida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE e considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber.

### **3.4 - Almoxarifado operacional**

Os materiais e equipamentos em estoque, classificados no ativo circulante (estoque de manutenção, de obras e administrativo) estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização.

### **3.5 – Ativo e Passivo Financeiro Setorial**

Com a assinatura do Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, foi assegurado que além dos valores indenizados referentes aos ativos ainda não amortizados dos bens reversíveis, também serão considerados, para fins de indenização, os saldos remanescentes (ativos ou passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa em decorrência da extinção, por qualquer motivo, da concessão. Tais valores financeiros devem ser apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pelo Regulador, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária.

Em 28 de novembro de 2014, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC aprovou a Orientação Técnica OCPC 08, a qual trata do reconhecimento prospectivo de determinados ativos e passivos financeiros setoriais pelas distribuidoras de energia elétrica. Com o advento do aditivo dos contratos de concessão, o CPC entendeu não mais haver incerteza significativa que seja impeditiva para o reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais como valores efetivamente a receber ou a pagar. Desta forma, a Empresa passou a reconhecer os ativos e passivos financeiros setoriais em suas demonstrações contábeis.

### **3.6 - Ativo Financeiro da Concessão**

O ativo financeiro representa a parcela estimada dos investimentos realizados que não serão amortizados até o final da concessão, ou seja, não serão recuperados via tarifa durante o período de concessão. Sobre esses ativos a Empresa possui o direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. É importante ressaltar que este não é um ativo financeiro como os demais ativos comparáveis no mercado, mas um ativo que deriva da intrínseca vinculação à infraestrutura existente na Empresa, suscetível a variações decorrentes das mudanças no ambiente regulatório. A Revisão Tarifária da Concessionária ocorre a cada 5 anos, e somente nesta data a Base de Remuneração é homologada pela ANEEL através do Valor Novo de Reposição - VNR depreciado. Cabe destacar que o critério definido pela ANEEL atribui valor ao ativo imobilizado, sendo o valor do ativo financeiro uma representação da parcela deste ativo imobilizado que não deve ser depreciado/amortizado ao final do prazo da concessão. Portanto esse ativo financeiro é intrinsecamente vinculado à infraestrutura, a qual por sua vez tem seus critérios de avaliação definidos pela ANEEL, e podem ser modificados tempestivamente.

### **3.7 - Investimentos**

Representam investimentos em bens imóveis e ações, que não se destinam ao objetivo da concessão e estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável.

### **3.8 - Intangível**

O ativo intangível da Empresa corresponde ao direito de exploração de concessões, é originado dos investimentos na infraestrutura (aplicação do CPC 4 - ICPC 01 (R1) - OCPC 05 - Contratos de Concessão). Em função dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, o ativo intangível é registrado correspondendo ao direito que a Empresa possui de cobrar os usuários pelo uso de infraestrutura da concessão. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, este ativo intangível de vida útil definida é amortizado pelo prazo de concessão de acordo com uma curva que reflita o padrão de consumo em relação aos benefícios econômicos esperados.

Os itens que compõe a infraestrutura são vinculados diretamente à operação da Empresa, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL que regulamenta a desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação e determina que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão. Estes ativos estão avaliados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

### **3.9 - Redução ao valor recuperável de ativos**

A Empresa avalia, anualmente, se existem evidências que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável dos seus Ativos Não Financeiros. Sendo tais evidências identificadas, o valor recuperável dos ativos é estimado e se o valor contábil exceder o valor recuperável é constituído provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

### **3.10 - Encargos Setoriais**

São obrigações a recolher, originadas dos encargos do consumidor de energia elétrica definidos em lei federal e normatizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

### **3.11 – Contingências Passivas**

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A provisão para contingência é atualizada mensalmente quando há previsão Provável de saída de recursos, a qual busca refletir a melhor estimativa corrente nas demonstrações contábeis, sendo constituídas para reclamações trabalhistas e cíveis as ações classificadas como prováveis.

### **3.12 - Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente**

O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações contábeis, sobre o lucro tributável. Os impostos e contribuições sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

São calculados pelas alíquotas estabelecidas pela legislação em vigor na data do balanço, aplicados sobre o lucro tributável e, quando aplicável, consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social limitadas a 30% do lucro real. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos, os quais são registrados contabilmente, quando requeridos.

### **3.13 - Apuração do Resultado**

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime da competência.

#### 04 – Caixa e Equivalentes de Caixa

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Caixa e depósitos bancários à vista	39	118
Aplicações financeiras de liquidez imediata	2.630	1.798
<b>Total</b>	<b><u>2.669</u></b>	<b><u>1.916</u></b>

#### 05 – Consumidores

A composição do grupo Contas a Receber de Clientes está assim representada:

##### Ativo Circulante

Classe de Consumidores	Vincendos	Vencidos		Subtotal	PCLD	Total	
		Até 90 dias	Mais de 90 dias			2025	2024
Residencial	1.630	258	53	1.941	(44)	1.897	1.612
Industrial	106	1		107	-	107	114
Comercial	845	125	24	994	(22)	972	819
Rural	13	-	-	13	-	13	4
Poder Público	116	-	-	116	-	116	78
Iluminação Pública	57	-	-	57	-	57	52
Serviço Público	177	171	-	348	-	348	180
Consumidor Livre	987	-	-	987	-	987	671
<b>Subtotal</b>	<b><u>3931</u></b>	<b><u>555</u></b>	<b><u>77</u></b>	<b><u>4563</u></b>	<b><u>(66)</u></b>	<b><u>4497</u></b>	<b><u>3530</u></b>
Serviço Taxado	10	7	4	21		21	16
Outros créditos(acres mor)	17	8	22	47		47	40
Renda não faturada	1.046			1.046	-	1.046	970
<b>Total</b>	<b><u>5004</u></b>	<b><u>570</u></b>	<b><u>103</u></b>	<b><u>5677</u></b>	<b><u>(66)</u></b>	<b><u>5611</u></b>	<b><u>4556</u></b>

##### Ativo Não Circulante

Classe de Consumidores	Vincendos	Vencidos		Subtotal	PCLD	Total	
		Até 90 dias	Mais de 90 dias			2025	2024
Industrial	-	-	599	599	(599)	-	-
<b>Subtotal</b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>599</u></b>	<b><u>599</u></b>	<b><u>(599)</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>-</u></b>
Outros créditos	-	-	21	21	(21)	-	-
<b>Total</b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>620</u></b>	<b><u>620</u></b>	<b><u>(620)</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>-</u></b>

#### Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - PCLD

Conforme descrito no item 3.3 – Consumidores - Políticas Contábeis Materiais, a provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada de acordo com a Instrução Contábil 6.3.2 contida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE e com a legislação do imposto de renda, que estabelece os seguintes critérios:

- (a) Consumidores residenciais e comerciais vencidos há mais 180 dias; e
- (b) Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.

O valor da provisão constituída, é considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber.

## 06 – Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Circulante</b>		
ICMS s/ Aquisições para o Ativo Imobilizado	61	68
IRPJ a Compensar	66	11
Contribuição Social a Recuperar	18	-
Programa de Integração Social - PIS	43	43
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	196	198
	<u><b>384</b></u>	<u><b>320</b></u>
<b>Não Circulante</b>		
ICMS s/ Aquisições para o Ativo Imobilizado	72	68
PIS - Crédito s/ exclusão do ICMS da Base de Cálculo	-	-
COFINS - Crédito s/ exclusão do ICMS da Base de Cálculo	-	-
	<u><b>72</b></u>	<u><b>68</b></u>

### ICMS s/Aquisições para o Ativo Imobilizado

O ICMS incidente sobre Aquisições para o Ativo Imobilizado refere-se a créditos fiscais provenientes de compra de bens destinados ao Ativo Imobilizado e relacionados à atividade fim da Empresa.

Através da Lei Complementar 102/00, o crédito de ICMS passou a ser constituído e amortizado mensalmente na proporção de 1/48. O Decreto 50.756 de 2013 permite que os créditos sejam apropriados na proporção de 1/24 desde que as mercadorias sejam produzidas por Empresa fabricante localizada no Estado do Rio Grande do Sul.

## 07 – Serviços em Curso

São registrados nesta conta os serviços em andamento controlados pelo sistema de ordens de serviço em curso - ODS, os projetos desenvolvidos pela Empresa referentes aos Programas de Eficiência Energética - PEE e Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação – PDI, os quais fazem parte dos encargos setoriais.

No ano de 2020 foi firmando Parceria com a Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, Fundação de Apoio a Tecnologia e Ciência - FATEC e a FOX IOT Soluções em Equipamentos e Engenharia para execução do projeto de Pesquisa e Desenvolvimento intitulado “Solução Inovadora de Comunicação de Longo Alcance Bidirecional de Baixo Custo para Leitura e Gerenciamento Remoto de Unidades Consumidoras Classe B em Áreas Urbanas, Suburbanas ou Rurais”, sendo que em 2024 foi concluído o projeto.

Ainda em 2024 a Mux Energia aderiu a um projeto plurianual cooperado intitulado Olimpíada Nacional de Eficiência Energética – ONEE, de cunho educacional promovido pela EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A em que 51 concessionárias de distribuição participaram cujo objetivo é promover uma ação educacional nas escolas de ensino fundamental de forma híbrida visando estimular hábitos sustentáveis que possam contribuir para o uso seguro e eficiente da energia elétrica em todo o território nacional e estimular as aprendizagens no campo de Ciências da Natureza o qual tem sua conclusão prevista para 2026.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	9
<b><u>Total</u></b>	<u><b>-</b></u>	<u><b>9</b></u>

## 08 – Outros Ativos Circulantes

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Outros Devedores	199	123
Subsídios Tarifários *	1.158	1.495
<b><u>Total</u></b>	<b><u>1.357</u></b>	<b><u>1.618</u></b>

\* A rubrica Subsídios Tarifários refere-se ao valor a ser repassado pela CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) a título de ressarcimento aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei 10.438, de 26 de abril de 2002, redação dada pela Medida Provisória nº 605, de 23 de janeiro de 2013, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto 7.891, de 23 de janeiro de 2013.

## 09 – Ativo Financeiro da Concessão

A ICPC 01 (R1) Contratos de Concessão estabelece as diretrizes para a contabilização, pelos operadores (concessionárias), dos contratos de concessão. De acordo com a ICPC 01 (R1), a Empresa tem o direito de utilizar a infraestrutura da concessão para prestar os serviços de distribuição de energia elétrica. Esse direito está representado nas Demonstrações Contábeis pelo somatório do ativo financeiro e ativo intangível.

<b>Saldo inicial do Ativo Financeiro</b>	<b>1.056</b>
Transferência do Intangível	408
(-) Transferência das Obrigações Especiais	-
<b>Saldo final do Ativo Financeiro</b>	<b>1.464</b>

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Ativo Financeiro da Concessão	1.464	1.056
Ativo Intangível da Concessão	6.720	6.607
<b>Total Contrato de Concessão</b>	<b>8.184</b>	<b>7.663</b>

## Contrato de Concessão

A Mux Energia detém a concessão de distribuição de energia elétrica para os municípios de Tapejara e Ibiaçá – RS. Em 18 de outubro de 2000, a Empresa e a Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL assinaram o contrato de concessão nº 087/2000, que regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, com tecnologia adequada e métodos que garantem a prestação de serviço na área de concessão. A concessão para distribuição de energia elétrica tinha prazo até abril de 2017, sendo que em 09/12/2015 se deu a renovação através do quarto Termo Aditivo do Contrato de Concessão, prorrogando o mesmo até 31/12/2045. Além de todas as demais cláusulas deste Aditivo, o documento impõe condições para a prorrogação. A concessionária deveria observar pelo período de cinco anos contados de 1º de janeiro de 2016, as condições de eficiência na prestação do serviço de distribuição e de eficiência na gestão econômica e financeira contidas nos anexos II e III do referido documento. O descumprimento de uma das condições de prorrogação dispostas nos anexos II e III por mais de dois anos consecutivos ou quaisquer das condições ao final do período de cinco anos, acarretaria a Extinção da Concessão, respeitadas as disposições do contrato, particularmente o direito à ampla defesa e ao contraditório.

A concessão da Empresa não é onerosa, portanto, não há compromissos fixos e pagamentos a serem efetuados ao Poder Concedente. Ao término do prazo de vigência do contrato de concessão, os bens

e instalações vinculados à distribuição de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, apurada por auditoria do próprio órgão regulador.

### Vinculação dos Bens a Concessão

O Decreto nº. 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, artigos 63 e 64 instituiu que os bens e instalações utilizados na geração, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

Atualmente a Resolução Normativa Aneel 948 de 16 de novembro de 2021, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, e dispensa da obrigação de solicitar anuência prévia, determinando somente a manutenção de dossiê de desvinculação composto por documentos específicos, os quais deverão ser mantidos para posterior comprovação junto ao órgão regulador. Determina em caso de alienação dos respectivos bens, que o resultado deduzido os encargos incidentes sobre a receita da venda sejam depositados em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

### 10 – Investimentos

Estão registrados pelo custo de aquisição, líquido de provisão para perda quando aplicável.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Participações Societárias Permanentes	522	457
Outros Investimentos	69	70
<b>Total</b>	<b><u>591</u></b>	<b><u>527</u></b>

### 11 – Intangível

O ativo intangível está constituído da seguinte forma:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Em serviço (Líquido)	9.621	9.732
Em Curso	314	288
Obrigações especiais (Líquida)	(3.215)	(3.413)
<b>Total</b>	<b><u>6.720</u></b>	<b><u>6.607</u></b>

A movimentação do saldo ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 está assim representada:

	<u>Serviço</u>	<u>Curso</u>	<u>Total</u>
<b>Saldo do Intangível em 31/12/2024</b>	<b>6.319</b>	<b>288</b>	<b>6.607</b>
Adições	-	1.642	1.642
Baixas	(935)	-	(935)
Amortização	(390)	-	(390)
Transferência - Ativo Intangível	1.621	(1.616)	5
Transferência - Ativo Financeiro	(408)	-	(408)
Obrigações Especiais	199	-	199
<b><u>Saldo em 31/12/2025</u></b>	<b><u>6406</u></b>	<b><u>314</u></b>	<b><u>6720</u></b>

### Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

As obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica representam valores dos consumidores e dos municípios, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no Serviço Público de Energia Elétrica na atividade de Distribuição. A partir do segundo ciclo da Revisão Tarifária a quota de reintegração dos valores dos bens constituídos com recursos das obrigações especiais, independentemente da sua data de formação tem seus efeitos anulados no resultado contábil através da amortização das referidas obrigações.

A composição dessas obrigações está assim representada:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Participação dos Municípios	39	39
Participação do Consumidor	2.813	2.813
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento	1.219	1.219
Ultrapassagem de Demanda e Excedentes de Reativo:	306	306
Amortização	(1.297)	(1.098)
Participações em Curso	134	134
<b><u>Total</u></b>	<b><u>3.214</u></b>	<b><u>3.413</u></b>

### 12 – Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

Para os ativos e passivos financeiros setoriais, conforme já mencionados no item 3.5 – Ativo e Passivo Financeiro Setorial - Políticas Contábeis Materiais, a Empresa reconhece na contabilidade societária em conformidade com o OCPC 08 – Reconhecimento de Determinados Ativos e/ou Passivos das distribuidoras de energia elétrica, os seguintes itens:

#### Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” – CVA.

<u>Ativo</u>	<u>Circulante</u>		<u>Não Circulante</u>	
	<u>2025</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Reajuste Tarifário de 2025 (em amortização)</b>				
Parcela A	837	225	-	-
Demais ativos financeiros setoriais	227	404	-	-
	<b>1.064</b>	<b>629</b>	-	-
<b>Varição capturada para Reajuste Tarifário de 2026</b>				
Parcela A	1.059	794	-	-
Demais ativos financeiros setoriais	235	723	-	-
	<b>1.294</b>	<b>1.517</b>	-	-
<b><u>Total</u></b>	<b><u>2.358</u></b>	<b><u>2.146</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>-</u></b>
<u>Passivo</u>	<u>Circulante</u>		<u>Não Circulante</u>	
	<u>2025</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Reajuste Tarifário de 2025 (em amortização)</b>				
Parcela A	358	2	-	-
Demais passivos financeiros setoriais	874	279	-	-
Devoluções Tarifárias	80	-61	-	-
	<b>1.312</b>	<b>220</b>	-	-
<b>Varição capturada para Reajuste Tarifário de 2026</b>				
Parcela A	32	301	-	-
Demais passivos financeiros setoriais	563	306	-	-
Devoluções Tarifárias	252	281	-	-
	<b>847</b>	<b>888</b>	-	-
<b><u>Total</u></b>	<b><u>2.159</u></b>	<b><u>1.108</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>-</u></b>
<b><u>Total Líquido</u></b>	<b><u>199</u></b>	<b><u>1.038</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>-</u></b>

**CVA: Conta de compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A”:** A partir de 26 de outubro de 2001, a ANEEL autorizou o diferimento da variação dos custos incorridos considerados

não gerenciáveis, que fazem parte do cálculo do índice de reajuste tarifário. Os principais custos que integram a “Parcela A” são: CDE, PROINFA, ESS e Energia Elétrica comprada para Revenda. Os custos são registrados na Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” (CVA), atualizados pela taxa de juros SELIC e apropriados ao resultado quando incluídos na tarifa, fixada pela ANEEL no próximo reajuste tarifário.

**Reajuste tarifário de 2025 em amortização:** representado pelos custos não gerenciáveis capturados em períodos tarifários anteriores e repassados à tarifa de energia elétrica autorizada pela ANEEL para o período de 22 de julho de 2025 a 21 de julho de 2026.

**Custos não gerenciáveis capturados para o reajuste tarifário de 2026:** É composto pelos custos não gerenciáveis da parcela A apurados no período de 22 de julho de 2025 a 31 de dezembro 2025 os quais deverão integrar o próximo reajuste tarifário a ser aplicado sobre as tarifas de energia a partir de 22 de julho de 2026.

### 13 – Fornecedores

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Encargos de uso da rede elétrica	105	117
Suprimento de energia elétrica	1.444	1.407
Compra de energia elétrica	164	108
Encargos de conexão	1.716	1.657
Materiais e Serviços	69	74
<b><u>Total</u></b>	<b><u>3498</u></b>	<b><u>3363</u></b>

Representa as obrigações para com fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Empresa, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço.

### 14 – Obrigações Sociais e Trabalhistas

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Folha de Pagamento Líquida	92	77
Provisão para Férias e Encargos	299	321
Tributos Retidos na Fonte	49	43
Consignações em Folha	10	6
<b><u>Total</u></b>	<b><u>450</u></b>	<b><u>447</u></b>

### 15– Tributos e Contribuições Sociais

#### Circulante

Programa de Integração Social - PIS	75	67
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	346	310
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	128	425
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	76	67
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	19	18
Tributos Retidos na Fonte	151	-
Imposto sobre Serviços	3	3
Contribuição Social Lucro Líquido - CSLL	-	5
<b><u>Total</u></b>	<b><u>798</u></b>	<b><u>895</u></b>

## 16 – Encargos Setoriais

De acordo com o descrito no item 3.10 - Encargos Setoriais - Políticas Contábeis Materiais, o quadro a seguir demonstra as obrigações a recolher derivadas dos encargos do consumidor de energia elétrica estabelecidas em Lei:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	26	10
Ministério das Minas e Energia - MME	13	5
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	76	40
Programa de Eficiência Energética - PEE	0	109
PROCEL	32	20
Taxa de Fiscalização	3	3
<b><u>Total</u></b>	<b><u>150</u></b>	<b><u>187</u></b>

## 17 – Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio

A Lei nº 9.249/95, complementada por disposições legais contidas na Lei 9.430/96, facultou a dedutibilidade fiscal do registro contábil de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP vigente no período. Esses juros são computados tendo por base o patrimônio líquido, sendo que, para efeito de dedutibilidade fiscal, devem ser pagos ou creditados aos acionistas, estando limitados a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% das reservas de lucros retidos relativos a exercícios anteriores. Em 2025, a Empresa creditou aos sócios o montante de R\$ 1.000 mil (R\$ 706 mil em 2024).

Por ocasião da Assembleia Geral Ordinária é feita a definição do valor a ser distribuído a título de dividendos. Em 2025, a distribuição foi no valor de R\$ 350 mil, referente a lucros acumulados apurados em exercícios anteriores.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Juros sobre o Capital Próprio - JSCP e Dividendos ref. 2024	5	239
Juros sobre o Capital Próprio - JSCP	1.000	706
Imposto de renda retido sobre JSCP	(150)	(106)
<b><u>Total</u></b>	<b><u>855</u></b>	<b><u>839</u></b>

## 18 – Patrimônio Líquido

### Capital Social

O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 7,5 Milhões, equivalente a 7.500.000 (sete milhões e quinhentas mil cotas) no valor de R\$ 1,00 cada quota.

### Reserva de Lucros

A reserva de lucros é constituída pela apropriação dos lucros ou prejuízos apurados em cada exercício social, líquida das destinações de dividendos e juros sobre o capital próprio. Em 31 de dezembro de 2025 possuía o saldo de R\$ 5.780 mil (R\$ 5.492 mil em 2024).

## 19 – Receita Operacional Líquida

<u>Receita</u>	<u>Nº de consumidores</u>		<u>MWh</u>		<u>Reais Mil</u>	
	<u>2025</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Fornecimento - Faturado</b>	<b>13.234</b>	<b>12.975</b>	<b>47.850</b>	<b>47.261</b>	<b>38.577</b>	<b>36.828</b>
Residencial	11.157	10.942	27.359	25.704	22.305	20.337
Industrial	56	59	1.652	2.058	1.370	1.651
Comercial	1.885	1.841	13.261	14.036	10.654	10.851
Rural	12	13	245	241	163	174
Poder Público	96	93	1.437	1.347	1.250	1.130
Iluminação Pública	5	5	1.555	1.564	781	737
Serviço Público	23	22	2.341	2.311	2.053	1.948
<b>Uso da Rede Elétrica de Distribuição</b>	<b>10</b>	<b>8</b>	<b>44.324</b>	<b>37.501</b>	<b>9.911</b>	<b>8.446</b>
Consumidores Livres - Industrial	5	4	41.605	37.190	9.235	8.395
Consumidores Livres -Comercial	5	4	2.719	311	676	51
<b>Fornecimento Não Faturado</b>					<b>75</b>	<b>29</b>
<b>* Obrigações Especiais (-)</b>					<b>(209)</b>	<b>(169)</b>
<b>Ativo Financeiro Setorial Líquido</b>					<b>- 754</b>	<b>199</b>
<b>Outras receitas</b>					<b>9.544</b>	<b>8.062</b>
Receita da Construção					1.635	1.230
Outras Receitas Operacionais (nota 20)					7.909	6.832
<b>Receita Operacional Bruta</b>					<b>57.144</b>	<b>53.395</b>
<b>Deduções</b>						
<b>Tributos</b>						
PIS/COFINS					(4.641)	(4.543)
ICMS					(8.686)	(7.995)
ISS					(38)	(35)
<b>Subtotal</b>					<b>(13.365)</b>	<b>(12.573)</b>
<b>Encargos Setoriais</b>						
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D					(193)	(156)
Programa de Eficiência Energética - PEE					(125)	(174)
Conta de Desenvolvimento Energético					(8.730)	(6.765)
Taxa de Fiscalização					(39)	(34)
<b>Subtotal</b>					<b>(9.086)</b>	<b>(7.129)</b>
<b>Total de Deduções da Receita</b>					<b>(22.451)</b>	<b>(19.702)</b>
<b><u>Total Receita Operacional Líquida</u></b>					<b><u>34.693</u></b>	<b><u>33.693</u></b>

**Obs.:** O valor expresso em Fornecimento Faturado foi formado por Consumo + Demanda + Fator Potência + ICMS + PIS + COFINS.

**\*Obrigações Especiais:** A partir da assinatura do Termo Aditivo ao contrato de Concessão, as referidas receitas referentes a Ultrapassagem de Demanda (UD) E Excedente de Reativo (ER) sofreram alterações quanto à forma de contabilização, as quais deverão ser registradas como um passivo financeiro setorial – Devoluções tarifárias.

## 20 – Outras Receitas Operacionais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Arrendamentos e Aluguéis	24	15
Renda da Prestação de Serviços	397	360
Compartilhamento de Infraestrutura	993	944
Subsídios Tarifários Fonte Incentivada e Baixa Renda	5.875	4.479
Subsídios Tarifários Micro e Mini Geração Distribuída	453	869
Serviço Taxado	131	121
Outras Receitas	36	44
<b><u>Total</u></b>	<b><u>7909</u></b>	<b><u>6832</u></b>

As outras receitas operacionais estão substancialmente representadas por receitas referentes a concessão de subsídios tarifários estabelecidos em Lei reembolsados pela CCEE, além de receitas decorrentes da prestação de serviços taxados, aluguéis de uso mútuo de postes, taxas sobre vistorias, ligação e religação de unidades de consumo, aferição de medidores, emissão de 2ª via de conta, verificação de níveis de tensão a pedido do consumidor e outros que venham a ser estabelecidos pelo órgão regulador.

## 21 – Custo com Energia Elétrica

	<u>Quantidade em MWh</u>		<u>Milhares de R\$</u>	
	<u>2025</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b><u>Energia comprada</u></b>				
Compra de Energia	47.119	44.168	11.102	10.171
Proinfa	981	1.013	1.004	833
Micro e Mini Geração Distribuída	6.915	5.417	2.546	2.045
Geração Própria	1.419	3.785	241	624
<b>Subtotal</b>	<b>56.434</b>	<b>54.383</b>	<b>14.893</b>	<b>13.673</b>
Crédito Pis e Cofins			(1.742)	(1.437)
<b>Total</b>			<b><u>13.151</u></b>	<b><u>12.235</u></b>
<b><u>Uso da Rede de Energia</u></b>				
Encargo de Uso da Rede Elétrica			13.680	13.488
Crédito Pis e Cofins			(1.261)	(1.235)
<b>Total</b>			<b><u>12.419</u></b>	<b><u>12.253</u></b>
<b><u>Total Custo com Energia Elétrica</u></b>	<b><u>56.434</u></b>	<b><u>54.383</u></b>	<b><u>25.570</u></b>	<b><u>24.489</u></b>

## 22 – Custo de Operação

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Custo da Operação</b>		
Pessoal	2.836	2.709
Administradores	373	419
Material	183	194
Serviço de Terceiros	1.151	690
Arrendamentos e Aluguéis	460	433
Seguros	18	17
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	14	8
Tributos	59	34
Amortização	551	517
(-) Recuperação de Despesas	(30)	(29)
Outros Gastos	284	315
Custo da Construção	1.635	1.231
Perdas na Alienação e Desativação de Bens e Direitos	79	101
<b><u>Total</u></b>	<b><u>7613</u></b>	<b><u>6639</u></b>

## 23 – Receitas e Despesas Financeiras

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b><u>Receita Financeira</u></b>		
Receita de Aplicações Financeiras e Juros s/ Capital Próprio	317	188
Multas, Juros e Acréscimos Moratórios de Energia	200	148
Variação Monetária Ativa - Financeiro Setorial	190	76
Outras Receitas Financeiras	187	109
Tributos sobre as Receitas Financeiras	(41)	(27)
<b><u>Total</u></b>	<b><u>853</u></b>	<b><u>494</u></b>
<b><u>Despesa Financeira</u></b>		
Juros sobre o Capital Próprio	(1.000)	(706)
Variação Monetária Passiva - Financeiro Setorial	(163)	(21)
Multas, Juros e Acréscimos Moratórios	-	(187)
Outras Despesas Financeiras	(137)	(132)
<b><u>Total</u></b>	<b><u>(1.300)</u></b>	<b><u>(1.046)</u></b>
<b><u>Resultado Financeiro</u></b>	<b><u>(447)</u></b>	<b><u>(552)</u></b>

## 24 – Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes

A demonstração do resultado do exercício de 2025 está com as adequações fiscais e tributárias em conformidade com a Lei 12.973/14. O imposto de renda e a contribuição social apurados no exercício de 2025, está assim demonstrado:

Até o exercício social de 2023 o IRPJ e a CSLL eram apurados pelo regime tributário do lucro real trimestral. A partir do exercício social de 2024, a empresa optou pelo regime tributário do lucro real anual, com apuração mensal.

	<u>31/12/2025</u>	
	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>
Lucro antes dos tributos	1.063	1.063
Adições	4	4
Exclusões	(2)	(2)
<b>Base de cálculo</b>	<b>1.065</b>	<b>1.065</b>
<b>Alíquota aplicável</b>	<b>15%</b>	<b>9%</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social correntes</b>	<b>160</b>	<b>96</b>
<b>Adicional de 10% conforme previsto pela legislação</b>	<b>82</b>	<b>-</b>
<b>Outros ajustes - Incentivos fiscais</b>	<b>(6)</b>	
<b><u>Total dos impostos correntes</u></b>	<b><u>236</u></b>	<b><u>96</u></b>

## 25- Provisões para Contingências

Todas as demandas de natureza judicial são acompanhadas continuamente pelos consultores jurídicos da Empresa que, de acordo com critérios previamente definidos pela Administração, classificam as contingências de forma individualizada bem como as expectativas de risco de perda, que pode ser considerada como provável, possível ou remota. Quando uma ação é avaliada com risco de perda provável, é constituída a respectiva provisão para contingência.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não existiam demandas judiciais cuja expectativa de perda estivesse classificada como provável, não havendo, portanto, a necessidade de se constituir provisão para contingências. Entretanto, existem diversas ações movidas por companhias seguradoras contra a Empresa pleiteando ressarcimento decorrentes de danos elétricos reembolsados aos seus segurados. Tais ações, classificadas com risco de perda “possível”, o que requer sua divulgação, importam em 31 de dezembro de 2025 em 95.139 (R\$ 95.139 em 2024).

## 26 – Instrumentos Financeiros

O negócio da Empresa compreende a distribuição de energia elétrica para os consumidores de sua área de concessão, portanto, os instrumentos financeiros significativos estão relacionados às seguintes transações:

- Aplicações financeiras: os valores contabilizados se aproximam do valor de mercado.
- Valor justo: é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação na qual não há favorecidos. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço da Empresa pelo seu valor contábil, que equivale ao valor justo. Essa situação ocorre em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado ou por possuírem realização no curto prazo.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Empresa, estão assim representados:

**Risco de Crédito:** O risco surge pela possibilidade de a Empresa vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Empresa

como baixo, tendo em vista a pulverização do número de clientes e da política de cobrança e de corte de fornecimento para consumidores inadimplentes.

**Risco regulatório:** As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pela Empresa dos consumidores cativos são fixadas pela Aneel, de acordo com a periodicidade prevista nos contratos de concessão celebrados com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia de revisão tarifária periódica estabelecida para o ciclo tarifário. Uma vez homologada essa metodologia, a Aneel determina as tarifas a serem cobradas pelas distribuidoras dos consumidores finais. As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, o que pode gerar reajustes menores em relação ao esperado, embora compensados em períodos subsequentes por outros reajustes.

**Gerenciamento de Riscos dos Instrumentos Financeiros** - A Empresa mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma, possui procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado.

## 27 – Seguros

A Empresa mantém apólices de seguros com cobertura suficiente para cobrir eventuais perdas, de acordo com o grau de risco e a natureza, sendo estes de forma regular e renovados anualmente, estando discriminados conforme segue:

<u>Descrição</u>	<u>Inc./ Raio/ Expl.</u>	<u>Vend./ Granizo</u>	<u>Danos Elétr./ Outros</u>	<u>Início</u>	<u>Término</u>
Seguro Almoarifado	600	150	20	abr/25	abr/26
Seguro Demais Imóveis	1550	280	85	abr/25	abr/26
<b>Total Seguro Imóveis</b>	<b>2150</b>	<b>430</b>	<b>105</b>		

<u>Descrição</u>	<u>Danos Materiais</u>	<u>Danos Pessoais</u>	<u>Morte/ Danos Morais</u>	<u>Início</u>	<u>Término</u>
Seguro Veículos	1500	1500	200	mai/25	mai/26
Equipamentos de Veículos	200	0	0	jul/25	jul/26
<b>Total Seguro Veículos</b>	<b>1700</b>	<b>1500</b>	<b>200</b>		

<u>Descrição</u>	<u>Morte</u>	<u>Invalidez</u>	<u>Assist. Funeral</u>	<u>Início</u>	<u>Término</u>
Seguro Pessoal/ Indiv. - Direção	271,55	271,55	5	abr/25	mai/26
Seguro Pessoal/ Indiv. - Demais	135,78	135,78	5	abr/25	mai/26

## 28 – Ajuste a Valor de Presente

A Empresa observou as disposições previstas no CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, cujos resultados apurados nas contas de clientes, outros créditos e fornecedores foram considerados irrelevantes, não havendo, portanto, a necessidade de se efetuar ajuste a valor presente sobre os saldos existentes nas referidas rubricas contábeis.

## 29 – CDE Modicidade Eletrobrás

Conforme Resolução CNPE nº 15/2021, parte dos recursos decorrentes da Privatização da Eletrobrás serão destinados à modicidade tarifária por meio de aportes ao fundo setorial CDE, com início em 2022 e término em 2047.

No decorrer desse período, os recursos anuais aportados ao Fundo Setorial da CDE serão repassados às distribuidoras para reversão nos processos tarifários subsequentes em benefício dos consumidores.

Segue abaixo os repasses anuais:

Exercício de 2023 – 28/04/2023 R\$ 131.677,26

Exercício de 2024 – 29/04/2024 R\$ 276.544,05

Exercício de 2025 – 30/05/2025 R\$ 33.719,61

### **30– Divulgação das Demonstrações Contábeis**

As demonstrações contábeis societárias da Empresa estão disponíveis no site [www.muxenergia.com.br](http://www.muxenergia.com.br).

### **31 – Eventos Subsequentes**

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132 ("Reforma Tributária"), que altera substancialmente o sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, substituindo tributos federais (PIS, COFINS, IPI) e subnacionais (ICMS, ISS) por um IVA Dual (CBS - Contribuição sobre Bens e Serviços e IBS - Imposto sobre Bens e Serviços), além da criação de um Imposto Seletivo (IS).

A implementação ocorrerá de forma gradual, com início das alíquotas de teste em 2026 e substituição integral a partir de 2033.

A Administração da Entidade, com apoio de assessoria especializada, vem avaliando constantemente os impactos decorrentes da reforma em suas atividades e, com base no atual estágio de implementação da reforma, entende que não haverá impactos relevantes sobre suas atividades operacionais e/ou financeiras. Adicionalmente, a Empresa vem proporcionando aos seus colaboradores e administradores, cursos de capacitação profissional visando a plena implementação dos requisitos exigidos pela reforma, bem como adaptando seus sistemas para as exigências fiscais e operacionais requeridas.



Alexandre Zanini  
Diretor Presidente  
CPF - 234.351.190-04



Rosane Rovani de Linhares  
Contadora  
CPF - 494.609.860-72



## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Quotistas da  
**Muxfeldt Marin & Cia Ltda**  
Tapejara - RS.

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Muxfeldt Marin & Cia Ltda** (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Muxfeldt Marin & Cia Ltda** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outros assuntos

#### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante



no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Maringá - PR, 10 de março de 2026.

BEZ Auditores Independentes Ltda.  
CRC PR 5.010/O-2



Marco Antônio Harger Luckmann

Contador CRC SC 023.456/O-6 T - PR